



## Concepções pedagógicas de docentes da educação especial

### Pedagogical conceptions special education teachers

Genigleide Santos da Hora, Theresinha Guimarães Miranda  
UFBA

#### Resumen

Ações de pesquisa qualitativa e descritiva, dados a partir da entrevista com professores especialistas em educação especial, analisaram e problematizaram ações desenvolvidas com base no epistemológico e político, oriundas da especialização Formação Pedagógica para Educação Inclusiva (FORPEI), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). A partir dessas nuances inferiu-se carências de informações conceituais e das políticas públicas para inclusão das diferenças no ensino, suas funções e significados da prática pedagógica, visto que nos dias atuais os anseios da inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas nem sempre estão vinculados às práticas consistentes e demandam cogitar as condicionantes histórico-culturais.

*Palavras chave:* Formação de Professores, Políticas Públicas, Concepções, Práticas

#### Abstract

Qualitative and descriptive research actions, based on interviews with specialized professors in special education, analyzed and problematized actions developed based on the epistemology and politic, coming from the specialization in Pedagogical Training for Inclusive Education (FORPEI in Portuguese), of State University of Santa Cruz (UESC in Portuguese). From these nuances we inferred the lack of conceptual information and public policies to include differences in teaching, their functions and meanings of the pedagogical practice, considering that in the current days the desires of inclusion of students with disabilities in public schools are not always linked on consistent practices and demand to consider the historical-cultural constraints.

*Keywords:* Teacher Training, Public Policies, Conceptions, Practices

O surgimento desta pesquisa de tese partiu da necessidade de conhecer como têm se constituído a atuação, concepção e prática pedagógica inclusiva de professores no ensino regular, uma vez que a inclusão na educação básica é imprescindível na atualidade das escolas públicas brasileiras.

As indagações acerca das multiplicidades de sentidos, concepções e práticas pedagógicas para educação especial evidenciadas por pesquisadores, a exemplo, Ribeiro (2006 apud Pletsch, 2009, p.100) afirma: a falta de informação, organização de espaços adequados de acessibilidades nas escolas, provocam as resistências de muitos professores em aceitarem alunos com deficiência na sala de aula.

Comumente as escolas públicas brasileiras não dispõem de recursos para acolher com qualidade as crianças com deficiência. Menos ainda dispõem de profissionais qualificados de apoio às atividades de acompanhamentos e, sem falar que ainda há equívocos nas discussões e proposições dessas políticas de formação profissional à educação especial e inclusiva. Para atender às demandas de formação para professores a Coordenação de Desenvolvimento da Educação Superior (CODES) e Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica (SUDEB), solicitaram aos profissionais das universidades públicas do estado discutir e elaborar cursos de especialização (período 2014-2016), intitulado “Formação Pedagógica para Educação Inclusiva (FORPEI)”.

Nesse sentido, as análises revolverão as ações FORPEI / UESC, foi pautado nas diretrizes para o trabalho pedagógico inclusivo, fundamentado nas práticas pedagógicas de professores-alunos que atuam em 02 (dois) Centros de Atendimento para Educação Inclusiva, no sul da Bahia. Com base nos pressupostos do Intencionismo Simbólico por se tratar de análises das interações sociais de Fundamentos da Defectologia, com base no Sócio-Histórica-Cultural de Vygotsky (2007; 2008; 2009 e 2014), os quais foram subsidiados nas análises dos sistemas conceituais aberto e dialético acerca das concepções dos professores. E também, na perspectiva sócio-histórico-cultural de Saviani (1991; 2005; 2007), averiguam-se possíveis enfrentamentos das relações de poder perante aqueles que tentam disseminar e/ou embotarem as práticas inclusivas.

Não obstante discorrer sobre o tema concepções e práticas pedagógicas na educação inclusiva que, sucessivamente, é abordado nos planejamentos de formação, mas que podem equivocadamente apresentar abordagens superficiais e destituídas de conteúdos teórico e prático de modo que essas lacunas podem prejudicar o desenvolvimento dos alunos incluídos. A hipótese assumida é: ao articular teoria e práticas situadas no ato inclusivo em sala de aula, professores distanciam-se dessa ação?

Os modelos de educação adotados em cada fase do processo educativo brasileiro, ao revés, sugeriram na exclusão da pessoa com deficiência. Com o advento da política de educação para todos, a escola vê-se encurralada, pois, precisa assegurar a aprendizagem de todos, porém utiliza técnicas que tiveram importância e

relevância numa outra era do ensino e com outro público. Considerando as políticas públicas de educação especial na perspectiva da inclusão, preconiza a importância de pesquisas com enfoque nas práticas pedagógicas existentes nas escolas públicas relacionadas à inclusão do aluno deficiente em sala de aula.

Especialmente por constatar que o município de Itabuna/Bahia/Brasil necessita prosperar no desenvolvimento de políticas e ações pedagógicas inclusivas, em favor do crescimento potencial do aluno com deficiência, é imperioso que a ação pedagógica conduza o aluno para as práticas autônomas e que visem aprendizagens.

### Discusión y Referencias

Os desafios da inclusão educativa agravados pelos sistemas de ensino são múltiplos e muito semelhantes, ainda, em pleno século XXI. Há inúmeros dissensos entre as políticas públicas e a prática educativa dos sistemas de ensino na perspectiva da educação especial e inclusiva, à formação de professores como garantias para atuar na educação básica com propriedade, criticidade e conhecimentos inovadores necessários.

É sabido que a grande parte dos alunos em condições especiais da educação básica são aprovados na progressão automática, sem com isso terem alcançados as competências e habilidades necessárias para suas aprendizagens. Estima-se que há mais defasagens acadêmicas e dificuldades cognitivas nessa população de crianças com deficiência do que se imagina.

Muitas crianças não desenvolvem suas reais potencialidades cognitivas, não pelas condições pessoais, mas sim, devido as indigências e carências de estimulações psicomotoras, cognitivas, afetivas e sociais adequadas. Tendo em vista a importância do tema e a necessidade de uma melhor compreensão das consequências do não desenvolvimento da criança com deficiência no ensino público, propõe-se uma reversão das negligências e exclusões diante determinadas atitudes de alguns professores nas salas de aulas.

Com este trabalho, provoca-se não apenas questões básicas acerca da didática, planejamento pedagógico da educação especial e inclusiva, mas, averigua-se o que, como e quem ensina.

Imperativo refletir para avançar no âmbito educativo inclusivo. E, o principal questionamento que se impõe: Quais ações e concepções pedagógicas têm adotado os professores do ensino regular da educação básica de uma escola municipal de Itabuna/BA? Às inquietações explicitadas parecem pertinentes cogitar se valoriza o conhecimento cultural dessas pessoas, certamente seria possível reconstruir as práticas, requerendo, em vez de um determinado modelo de ensino, estratégias pedagógicas capazes de propiciar a participação de todo. Bem como estabelecer ponderações desse fazer *teórico-prático* desenvolvido pelos professores na construção de saberes em sala de aula à luz da educação especial e inclusiva. Sob o prisma das políticas públicas, currículo e formação de professores para educação inclusiva.

Parafrazeando Contreras (2008, p.18), sofre-se conflitos com as reformas educativas e argumentos do

otimismo capitalista atualizado, requeridos pelos mecanismos internacionais - impunham reforma do Estado, para tornar mínimo o seu papel e patrocinar as regras de mercado nos diversos setores sociais como também nos âmbitos educacionais (Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, etc.). Através das suas 'recomendações' de reformas do Estado, muitas outras questões como da reforma educacional, por se articularem a uma 'teoria educativa crítica' e uma 'prática pedagógica crítica e emancipadora', sem que aparentassem mudanças expressivas, mas sim, a partir dos fatores de distorções e esforços hegemônicos do capitalismo globalizado que incidem nos países em desenvolvimento como do Brasil.

Paralelo a esses esforços, de articularem teoria e prática, é indicado estabelecer apreciação acerca do referido contexto de distorções formativas, que atingem diretamente o público da educação especial e inclusiva, a partir dos discursos políticos e teóricos elaborados por intelectuais, profissionais atrelados de maneira direta e indireta a esses organismos internacionais e centros acadêmicos que defenderam tais atos com objetivo de intervir nos processos de ofertas, chegando a estabelecer marcos doutrinários impondo currículos - entende-se o currículo como aqueles conhecimentos considerados socialmente adequados em um determinado momento e sociedade - às 'mudanças globalizadas'.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 9394/96), trouxe garantias ao sistema educacional brasileiro firmando-se junto aos sistemas 'europeus e norte-americanos', tais expressões referem-se aos países que pertencem ao mundo desenvolvido assemelhando-se às construções sociais do conhecimento que ocasionou na sua origem planejamentos etnocentristas - aqueles que privilegiam universo de representações como modelo e reduz às insignificâncias os universos e culturas diferentes - mas, sobretudo com atitudes disfarçadas.

E, desde, então o Brasil inseriu-se nessas discussões do ensino superior, principalmente, para a formação de professores na tentativa de superar o fracasso da educação básica, alicerçando-se com financiamentos internacionais. Nesse âmbito, talvez tenha ostentado precipitadas mudanças amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e suas leis complementares tornaram obrigatórias atividades práticas pedagógicas nos cursos iniciais às ações formativas, embora, não dessem os respaldos efetivos e necessários às implementações desta natureza sob a égide das transformações produtivas com equidade, racionalidade do iluminismo, mas que na prática assumiram um caráter funcional e instrumental.

Os debates sobre a profissão docente nas universidades e instituições de pesquisa no Brasil propõem análise acerca dessas proposições formativas e, podem explicitar os resultados das ações desenvolvidas com o Projeto de Pesquisa do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) e o alcance das políticas públicas, a partir da LDBEN (BRASIL, 1996) deram e dão ênfases de forma

avassaladora às escolas, os sujeitos, a cultura e ao social, apesar de desconsiderar a complexidade destes estudos e práticas, principalmente, para aqueles alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e, até mesmo, permitindo brechas, pondo-se em cima do muro, com relação aos itens mais significativos das políticas públicas que impetrariam reais garantias, mas se acovardaram com os “facultativos” das leis.

Pode-se inferir que o grande desafio da educação pública brasileira, especificamente baiana, tem sido, nas últimas décadas, aumentar o número de alunos com deficiência matriculados e, conseqüentemente, aprimorar a qualidade do seu atendimento no sistema público de ensino. Apesar das estatísticas apontarem o elevado número dos registros de alunos com deficiência no ensino regular, na realidade, há impactos negativos quando crianças são expostas às situações das tentativas de ensaio e erro pedagógicos inclusivos, violências e violações desses direitos, há sim cuidados, inadequados à educação especial e inclusiva.

Apesar de conhecimentos que a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular abre fronteiras e extrapola os parâmetros da educação especial; não basta apenas contemplar os conhecimentos desenvolvidos por elas, é necessário ir além, remeter às reflexões sobre a dimensão política e ideológica do currículo como fator determinante da cultura que deve ser veiculada pela escola, cuja compreensão exige exames epistemológicos das correntes e teóricos que versam sobre o tema.

### Método

Esta pesquisa fez interpretações não factuais, mas, voltou atenção para compreender as ações, perspectivas culturais, significados dos contextos reais, entendendo o investigador como participante contemporânea no ambiente pesquisado. Dessa forma, utilizou-se de etnométodos com gravação e transcrição de áudios e com análise documental que orientaram as ações (planos de aulas, relatórios e atividades pedagógicas) dos docentes.

Os sujeitos da pesquisa foram três professores especialistas em educação especial, aqueles que atuam no ensino regular de uma escola municipal de Itabuna/Bahia/Brasil, de uma escola municipal que tenham matrículas de alunos com deficiência no ensino regular. Os dados fundamentados na *Análise do Discurso* de Orlandi (1999 e 1996), respaldados epistemológico, científico e prático da educação especial e inclusiva. De acordo a realidade pesquisada e com base nos instrumentos empregados analisou-se as situações investigadas que apontaram ressalvas aos olhos dos professores e conforme os contextos destes, distanciando-se às práticas inclusivas.

Foram utilizadas técnicas de análises documentais, das entrevistas semiestruturadas com as devidas apreciações de conteúdos que comportaram evidências críticas e disposições organizadas, a partir das informações obtidas na pesquisa. E, para os alcances dessas respostas de pesquisa, inicialmente delimitou-se os contextos para apreender dados e estabelecer categorias de análises: Concepções pedagógicas e Concepções prática dos currículos para educação especial e inclusiva.

Com vista a interpretar fatos, compreendê-los para, a partir daí, explicá-los formando assim o círculo hermenêutico, sustentando a ação de compreender os atores sociais como protagonistas, desta pesquisa e que as constroem para inovar em situações reais. Optou-se pelo estudo de caso de caráter etnográfico, considerando as dimensões de interatividade, circunstância indispensável ao fenômeno que buscou configurar atentamente.

Conforme salienta Yin (2005, p. 32), por se tratar da investigação de um “fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real”, as diversas técnicas alicerçadas no estudo de caso, a saber [...] entrevistas das pessoas envolvidas no caso em estudo, exame de documentos, artefatos, registros fotográficos etc., propiciaram lidar com uma considerável gama de evidências fundamentais ao processo desta pesquisa.

Os resultados demonstraram um distanciamento entre teoria e prática pedagógica, a partir de suas narrativas. A formação pedagógica na perspectiva inclusiva ultrapassou o embasamento teórico para envolver parcerias colaborativas com os pais, corpo docente e alunos. Ademais, é transformando a rotina da escola que pudesse permitir a colaboração igualmente significativa de todos os envolvidos. O processo de inclusão é para além da sala de aula, mas, é na sala de aula que se tem mais condições de colaborar com a formação e autonomia dos futuros cidadãos.

Nesse sentido, as narrativas dos professores evidenciaram utilizar dos próprios saberes e concepções pedagógicas limitadas para educação especial e inclusiva. Apesar de acreditarem contribuir, também improvisam ao socializarem os mínimos conhecimentos sistemáticos e nos atendimentos das ações de processos ensino-aprendizagem em grande parte dispensada no tempo pedagógico. Afinal, tais improvisos, podem acarretar nos constantes fracassos e evasões destes alunos perante as barreiras didáticas e avaliativas.

Assim, as análises discursivas dos professores comprovaram desconhecerem estratégias que melhor atendessem as especificidades destes alunos para melhor incluí-lo no ensino regular da educação básica de uma escola municipal de Itabuna/Bahia/Brasil.

### Resultados

Portanto, as práticas, concepções pedagógicas e curriculares, segundo abordagem do Interacionismo Simbólico e Sócio Histórico Cultural dos professores, permearam as questões centrais desta pesquisa. Bem como interpretar as narrativas das práticas inclusiva destes envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem na sala de aula, os quais se distanciam das ações vividas pelos aprendizes.

Assim, não se reconhece os saberes acumulados pelos estudantes com deficiências e apontaram os obstáculos enfrentados, a exemplo: articular o currículo formal a especificidade do aluno com deficiência; o despreparo, bem como as dificuldades de organizarem atividades adaptadas para o aluno com deficiência.

Para tanto, as estaturas longitudinal e social, histórica e cultural, simbólica e concreta avizinham-se do

desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência na escola pública pesquisada; bem como revigoram importância das pesquisas no referido campo de estudo, nas escolas, que denunciam as poucas aprendizagens destes alunos, e as dificuldades destes professores para mediar conforme a abordagem *sociointeracionista*, que pode constituir dialeticamente as ações educativa e pedagógica da educação especial e inclusiva.

Porquanto, a educação, conforme formatada hoje, centradas nos currículos rígidos e estruturados em compartimentos estanques, segundo os pressupostos tecnicistas de suas gêneses, aprofundam o abismo entre o que se ensina e aquilo que precisa ser aprendido pelo sujeito com deficiência. Quando o professor se vê amparado, ele sente-se forte, seguro e motivado. O trabalho inclusivo não deve se limitar aos atendimentos isolados, mas exercitar diálogos entre os diversos serviços oferecidos a este aluno.

O que faz entender o cerne do ato pedagógico inclusivo reside na possibilidade de um ensino colaborativo entre professor, especialista e professor da classe comum oportunizando caminhos para o educando em seus espaços sociais possam de modo próprio, tomar consciência do seu processo de aprendizagem e de autonomia.

Tais pressupostos apontam para a necessidade de mudança de atitude em, pelo menos, dois principais aspectos, a saber: as urgências e necessidades de mais investimentos em pesquisas da prática docente e com critérios bem definidos, com respeito ao ensino colaborativo; e a democratização ao acesso da educação básica ao ensino superior enquanto processos dialógicos para Atendimento Educacional Especializado.

### Referências

- BRASIL. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 2. ed. São Paulo: Javol.
- BRASIL. ONU. (1994) *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as Necessidades Educativas Especiais Brasília*, CORDE.
- BRASIL. (2001) Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, Senado Federal. <http://www.senado.gov.br/legbras/>
- BRASIL. (2001) Decreto nº 3.956, 8 de outubro 2001. *Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Guatemala: 2001.
- BRASIL. (2009) Conselho Nacional de Educação (CNE). *Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação: 2011-2020*. Brasília, DF. (2009). Ministério da Educação. *Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação*. FUNDEB: Manual Orientação. Brasília: MEC/FND.
- BUENO, José Geraldo Silveira. (1993) *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC.
- BUENO, José Geraldo Silveira. (1999) *Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?* *Rev. Bras. Educ. Espec.* v. 3, n. 5, p. 07-25.
- CEPAL/UNESCO. (1992) *Educación e Conocimiento: ejes de la transformación productiva con equidade*. Santiago: Informe Final.
- CONTRERAS, Rolando Pinto. (2008) *El currículo crítico: una pedagogía transformativa para la educación latinoamericana*. 1ª ed. Santiago: Ediciones Universidad Católica Chile.
- DÍAZ, Félix. (2011) *O processo de aprendizagem e seus transtornos / Félix Diaz*. - Salvador: EDUFBA.
- DÍAZ, Félix. *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas* (2009) / Díaz 1.1, Bordas 1.2, Galvão 1.3, Miranda 1.4 (Orgs). Salvador: EDUFBA.
- DÍAZ, Félix. (2014) *Estudos sobre preconceito e inclusão educacional*. / Luciene Maria da Silva, Jaciete Barbosa dos Santos, Org: prefácio José L. Crochik. – Salvador: EDUFBA.
- GONZÁLEZ, José A. (2002) Torres. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed.
- GONZÁLEZ, José A. (2015) *Inclusão Escolar em foco: organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado* / Enicéia G. Mendes et al (Org.). – São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. 520 p. – (Observatório Nacional Educação Especial; v. 4).
- MACEDO, R. S. (2007) *Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercristica*. Salvador: EDUFBA.
- MACEDO, R. S. (2011) *Atos de currículo formação em ato: para compreender, entretecer e problematizar currículo e formação*. Ilhéus: Editus.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. (2010) *Projeto de Pesquisa Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns*. Edital Nº 38/2010 CAPES/INEP. Brasília. <http://www.oneesp.ufscar.br/metodologia>.
- MIRANDA, Theresinha G. (2005) *Desafios da Prática Pedagógica Inclusiva*. JESUS, Denise M. de; BAPTISTA, Cláudio R; VICTOR, Sônia Lopes (Orgs). *Pesquisa e Educação Especial: mapeando produções*. Vitória, ES: Editora EDUFES.
- MIRANDA, Theresinha G. (2016) *As múltiplas dimensões da formação docente para uma escola inclusiva: uma reflexão a partir da perspectiva cultural*. *Revista Entreideias*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 13-34, jan./jun.2015. <https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/issue/view/995>.
- ORLANDI E. P. (1999) *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas (SP): Pontes.
- ORLANDI E. P. (1996) *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes.
- PLETSCH, Márcia Denise. (2009) *Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas / Márcia Denise Pletsch*.
- PINTO CONTRERAS, Rolando. (2008) *El currículo crítico: una pedagogía transformativa para la*

- educación latinonmericana*. Chile: Universidad Católica Chile.
- SAVIANI, Demerval. (1991) *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 10ª ed. São Paulo, Cortez.
- SAVIANI, Demerval. (2005a) *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados.
- SAVIANI, Demerval. (2005b) *Escola e Democracia*. 39ª ed. Campinas: Autores Associados.
- VYGOTSK, Lev Semiónovich. (1989) *Obras completas tomo cinco: Fundamentos de defectologia*. Trad. Maria Del Carmen Ponce Fernández. Habana: Pueblo y Educación.
- VYGOTSK, Lev Semiónovich. (1997) *Fundamentos da defectologia*. Madri: Visor. Obras escogidas V.
- VYGOTSK, Lev Semiónovich. (2007) *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores / L.S. Vygotsky; Orgs Michael Cole. [et. al]; tradução Cipolla Neo et al. – 7.ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes.*
- VYGOTSK, Lev Semiónovich. (2008) *Pensamento e linguagem/L.S. tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Nelo. - 4ª. ed. – São Paulo: Martins Fontes.*
- VYGOTSK, Lev Semiónovich. (2009) *A construção do pensamento e da linguagem / Lev Semenovich Vygotsky: tradução Paulo Bezerra. 2ª. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.*
- VYGOTSK, Lev Semiónovich. (2014) *Imaginação e criatividade na infância / L. S.Vygotski ; tradução João Pedro Fróis ; revisão técnica e tradução Solange Affeche. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.*
- YIN, Robert K. (2005) *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman.

#### **Agradecimientos**

gradecemos imensamente às ações de pesquisas de doutoramento sob os respaldos da bolsa da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia, à Universidade Estadual de Santa Cruz - Departamento de Ciências da Educação e ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) - Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia.